Ano VI - N° 3.499

Quarta-feira, 01 de Setembro de 2010

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Título de Cidadã para Edna Amado

A homenageada fundou o Núcleo pela Superação dos Manicômios



Valdemiro Lopes

Com música, poesia e mostra de fotos, a sessão homenageou a trajetória de Edna Amado Nonato que, na década de 70, contribuiu ativamente para a reformulação do Hospital Juliano Moreira. "O mais admirável é o fato de ela levar o espírito antimanicomial para dentro de um hospital psiquiátrico e se manter vigilante todos estes anos contra a violação dos direitos dos usuários de saúde mental", destacou a vereadora Aladilce (PCdoB), autora da iniciativa.

Leia mais na página 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Alan Sanches
alansanches@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Paulo Magalhães Jr.
pmjunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Gilberto José
gilbertojose@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Erivelton Santana
eriveltonsantana@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Sidelvan Nóbrega
sidelvannobrega@cms.ba.gov.br

2ª Secretária:
Vânia Galvão
vaniagalvao@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

Ouvidor Geral:
Odiosvaldo Vigas
odiosvaldovigas@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



www.twitter.com/camarasalvador

Câmara Municipal de Salvador
Praça Municipal - CEP 40010-020
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS
Certification

Posse da diretoria do Sinjorba

Toma posse nesta quarta-feira (1), às 19h, no Centro de Cultura da Câmara Municipal, a nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia (Sinjorba). Eleito para o triênio 2010/2013, o grupo tem como presidente a jornalista Marjorie Moura e como vice Regina Oliveira. Na ocasião, também será inaugurada uma exposição fotográfica da Associação Profissional dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos da Bahia (Arfoc–BA) em parceria com o Sinjorba. A mostra marca o Dia do Repórter Fotográfico, 2 de setembro.

Sessão especial pelos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor

Lei sancionada em 1990 trata das relações de consumo em todas as esferas

O Código de Defesa do Consumidor completará 20 anos de existência no começo desse mês. Para pontuar a data, numa iniciativa da vereadora Eron Vasconcelos (DEM), a Câmara realizará uma sessão especial amanhã, dia 2, às 19 horas, no Plenário Cosme de Farias.

Destaca a vereadora Eron Vasconcelos que o Código de Defesa do Consumidor é uma lei abrangente que trata das relações de consumo em todas as esferas: civil, definindo as responsabilidades e os mecanismos para a reparação de danos causados; administrativa, definindo os mecanismos para o poder público atuar nas relações de consumo; e penal, estabelecendo novos tipos de crimes e as punições para os mesmos.


Vereadora Eron Vasconcelos
Valdemiro Lopes

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor define como consumidor toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto (qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial) ou serviço (qualquer atividade fornecida no mercado de consumo mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista) como destinatário final.

Sessão comemora 20 anos do HGE

A Câmara Municipal realiza nesta sexta-feira (3), no Plenário Cosme de Farias, sessão especial em homenagem aos 20 anos do Hospital Geral do Estado (HGE). A iniciativa é da vereadora Aladilce Souza (PCdoB), vice-presidente da Comissão de Saúde, Planejamento Familiar e Seguridade Social da Casa Legislativa. A solenidade será às 18h30.


Assessoria da vereadora

Edna Amado: servidora-cidadã

Competência e compromisso marcam os 50 anos em defesa dos direitos dos portadores de transtornos mentais

"Nossa cidade tem a obrigação de reconhecer a dedicação de Edna Amado, que, nos últimos 50 anos, atua no Hospital Juliano Moreira e na militância pela implantação dos Centros de Apoio Psicossocial (Caps)". Assim, a vereadora Aladilce Souza (PC do B) justificou a concessão do Título de Cidadã de Salvador à assistente social Edna Amado Nonato, na segunda-feira (30), na Câmara Municipal de Salvador.

Com música, poesia e mostra de fotos, a sessão homenageou a trajetória de Edna Amado Nonato, que, na década de 70, contribuiu ativamente para a reformulação do Hospital Juliano Moreira.

"O mais admirável é o fato de ela levar o espírito antimanicomial para dentro de um hospital psiquiátrico e se manter vigilante todos estes anos contra a violação dos direitos dos usuários de saúde mental", destacou a vereadora.

Fundadora do Núcleo pela Superação dos Manicômios (Nesm), filiado à Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, a nova cidadã de Salvador é uma referência nacional para profissionais e estudantes de saúde mental. Centenas deles, além de usuários de serviços psiquiátricos, lotaram o Plenário Cosme de Farias para aplaudi-la.

O professor da Universidade Federal da Bahia Marcus Vinicius Oliveira enfatizou o papel educador da homenageada. "Exemplo de persistência, comprometimento e coragem, ela inspira gerações de profissionais com seu apaixonante trabalho de nos ensinar outras formas de olhar a loucura" ressaltou ele.



Vereadora Aladilce lembrou a dedicação de Edna na implantação dos Caps

Fotos: Valdemiro Lopes





"Sou louca pela Justiça, pela igualdade e pela vida"
Edna Amado

Edna Amado coordena o Centro de Narandiba (Cena), que engloba o hospital-dia, os lares abrigados e o Centro de Convivência do Juliano Moreira, serviço pioneiro e de método inovador no tratamento psiquiátrico no país.

"Na verdade, sou louca pela Justiça, pela igualdade e pela vida", disse Edna, quebrando protocolos e formalidades. "Me esforço para que minhas alunas se baseiem na ética e na defesa da igualdade para exercer a profissão", destacou.

Luta pela cidadania

Nascida em Santo Amaro da Purificação, no recôncavo baiano, Edna Amado aniversariou no mesmo dia em que recebeu o título, 30 de agosto. Ela iniciou sua carreira de servidora pública aos 18 anos. Com o apoio da família, concluiu o curso de Serviço Social em 1972 na Universidade Católica do Salvador, onde é professora e supervisora de estágio.

Ao agradecer a honraria à vereadora, aos familiares, funcionários e diretores do Hospital Juliano Moreira, Edna Amado lembrou seu percurso, desde a infância pobre em São Braz até hoje. Destacou também o incentivo da professora Margarida Rego para que estudasse Serviço Social. Reconheceu o apoio que recebeu de diretores do hospital e afirmou que o Serviço Social lhe deu "régua e compasso" para lutar pelos direitos de cidadania das pessoas com transtornos mentais.

Compuseram a mesa da sessão, presidida pela vereadora Aladilce, a diretora do Conselho Regional de Serviço Social (Cress-Ba) Márcia Cosme, o professor Marcus Vinicius Oliveira, a diretora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, Maria do Socorro Paim, a coordenadora da Associação de Usuários de Saúde Mental Metamorfose Ambulante, Gislene Almeida, o coordenador de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Estado, Iordan Gurgel, e o deputado estadual Yulo Oiticica (PT).

CÂMARA MUNICIPAL

MATÉRIA EM PAUTA

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 43/10

Considerando que o HPV é atualmente considerado um grave problema de saúde pública, pois é a doença sexual transmissível mais comum. Esse vírus é a principal causa de lesões que provocam o câncer do colo do útero, o terceiro mais comum entre as mulheres, superado apenas pelo de pele e o de mama. No Brasil, estima-se que 5 mil mulheres morrem por ano vítimas de câncer do colo do útero, que atinge mais as populações carentes do País. Cabe lembrar que países como Estados Unidos, Austrália, França, e Noruega, já incluíram a vacina para HPV dentre o rol de procedimentos básicos do setor público;

considerando que um estudo americano, apresentado durante a Conferência Internacional sobre Papilomavírus, que contou com 290 mulheres que nunca haviam sido infectadas pelo papilomavírus humano tipo 16, demonstrou eficácia da vacina quadrivalente contra a infecção pelo sorotipo 16 durante uma média de 8,5 anos após sua administração. O acompanhamento variou de 7,2 anos a 9,5 anos. Em outro estudo da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Washington, realizado com mulheres de 16 a 26 anos que nunca haviam sido expostas a 14 tipos comuns de HPV, a vacina quadrivalente reduziu o número de resultados anormais de exames de Papanicolaou entre 17% e 45%, dependendo da anormalidade. A vacinação também reduziu os procedimentos de colposcopia (20%), biópsias do colo do útero (22%) e o total de cirurgias e outros tratamentos invasivos (42%). Os dois estudos foram apresentados na Conferência Internacional sobre Papilomavírus;

considerando que o papiloma vírus humano (HPV) é um vírus da família Papovaviridae, capaz de induzir lesões de pele ou mucosas, as quais mostram crescimento limitado e habitualmente regridem espontaneamente;

considerando que este vírus é facilmente adquirido através de contato direto (pele a pele) e constitui-se na doença sexualmente transmissível mais freqüente no mundo. Estima-se que 80% da população mundial seja infectada por este vírus em algum momento da vida, sendo que as meninas no início da atividade sexual apresentam as maiores prevalências de infecção por HPV. Independente disto, observa-se claramente que o risco de infecção por HPV oncogênico permanece elevado durante toda a vida e, portanto, uma medida preventiva precisa se manter robusta e duradoura.

considerando que existem mais de 200 subtipos diferentes de HPV, entretanto, somente os subtipos de alto risco estão relacionados a tumores malignos, dentre os quais o câncer de colo uterino;

considerando que a vacina Recombinante Quadrivalente contra o HPV, além de prevenir o câncer do colo do útero, também tem ação profilática nos pré-cânceres vulvares e vaginais causados pelo HPV tipos 16 e 18, nas lesões pré-cancerosas vaginais e vulvares de baixo grau e nas verrugas genitais causadas por HPV tipos 6, 11, 16 e 18, que a vacina é indicada para meninas e mulheres de 9 a 26 anos de idade e é realizada via intramuscular e sob prescrição médica;

considerando que a vacina quadrivalente recombinante contra o HPV (internacionalmente conhecida por Gardasil(r)) é uma vacina não infecciosa, baseada na utilização de partículas semelhantes ao vírus (VLP - "Vírus-Like Particles"). Portanto, sem o componente genômico do HPV, o que garante a sua segurança. A vacinação, administrada em três doses, aplicadas em um período de seis meses, mostrou-se eficaz em 99% das lesões pré-cancerosas e no câncer da área genital, em 70% dos condilomas anogentais e em 80% de prevenção;

considerando que a falta de uma estratégia padrão organizada aplicada a toda nação resulta em taxas de incidência e mortalidade muito diferentes entre os países, onde nas nações em desenvolvimento se mantém elevadas, representando 80% dos casos de câncer globalmente. Portanto, a redução do câncer de colo de útero nos países em desenvolvimento ainda representa uma necessidade não atendida;

considerando que apenas as mulheres mais favorecidas financeiramente têm acesso a esta vacina, sendo excluídas as milhares de trabalhadoras e donas de casa;

considerando a necessidade de instituir o programa de vacinas contra o HPV - Papiloma Vírus Humano na rede pública municipal de saúde, para a vacinação de mulheres na faixa etária de nove a vinte e seis anos.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, instituir, através da Secretaria Municipal da Saúde, o *Programa de Vacinação contra HPV - Papiloma Vírus Humano*.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010.
ANDREA MENDONÇA

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

O Projeto em tela tem amparo legal e regimental, de acordo com o que preceitua o Capítulo VII, art. 197 da Resolução 910/91 – Das Indicações, e suas alterações, estando, portanto, apto a seguir sua tramitação.

Diante do exposto, opino pela constitucionalidade e aprovação da presente Proposição, em face de estar em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 26 de julho de 2010.
ISNARD ARAÚJO – RELATOR
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 158/10

Considerando que esse prêmio consiste na concessão de incentivos ao aluno das redes público e privado de ensino do Município de Salvador que, ao final do ano letivo tiver a melhor média de sua escola ou for o primeiro de sua classe;

considerando que esses incentivos seriam o fornecimento de material escolar para o ano letivo seguinte aos alunos da rede pública e bolsa de estudo integral para o ano seguinte aos alunos da rede privada, a critério das respectivas instituições de ensino, como parceiras no prêmio *Aluno Modelo;*

considerando que além desses incentivos deverá ser realizada uma sessão solene com a participação dos poderes Executivo e Legislativo do Município para homenagear os alunos;

considerando que **c**aberá à Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer baixar as demais normas para a efetiva implantação do prêmio *Aluno Modelo* no Município de Salvador;

considerando que este incentivo visa estimular os alunos no estudo e a melhorar o nível de ensino nas escolas públicas e privadas

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, instituir o prêmio **Aluno Modelo** nas redes pública e privada de ensino do Município de Salvador.

Sala das Sessões, 09 de junho de 2010.
ANDREA MENDONÇA

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

O Projeto em tela TEM AMPARO LEGAL E REGIMENTAL, de acordo com o que preceitua o Capítulo VII, art. 197 da Resolução 910/91 – Das Indicações, e suas alterações, estando, portanto, apto a seguir sua tramitação.

Diante do exposto, opino pela CONSTITUCIONALIDADE E APROVAÇÃO da presente Proposição, em face de estar em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Parecer.
Sala das Comissões, 26 de julho de 2010.
ISNARD ARAÚJO – RELATOR
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 159/10

Considerando que esse prêmio consiste na concessão de incentivos ao aluno das redes público e privado de ensino do Estado da Bahia que, ao final do ano letivo tiver a melhor média de sua escola ou for o primeiro de sua classe;

Considerando que esses incentivos seriam o fornecimento de material escolar para o ano letivo seguinte aos alunos da rede pública e bolsa de estudo integral para o ano seguinte aos alunos da rede privada, a critério das respectivas instituições de ensino, como parceiras no prêmio *Aluno Modelo;*

Considerando que além desses incentivos deverá ser realizada uma sessão solene com a participação dos poderes Executivo e Legislativo do Estado para homenagear os alunos;

Considerando que **c**aberá à Secretaria da Educação baixar as demais normas para a efetiva implantação do prêmio *Aluno Modelo* no Estado da Bahia;

Considerando que este incentivo visa estimular os alunos no estudo e a melhorar o nível de ensino nas escolas públicas e privadas

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao governador, instituir o Prêmio Aluno Modelo nas redes pública e privada de ensino do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 09 de junho de 2010.
ANDREA MENDONÇA

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

O Projeto em tela TEM AMPARO LEGAL E REGIMENTAL, de acordo com o que preceitua o Capítulo VII, art. 197 da Resolução 910/91 – Das Indicações, e suas alterações, estando, portanto, apto a seguir sua tramitação.

Diante do exposto, opino pela CONSTITUCIONALIDADE E APROVAÇÃO da presente Proposição, em face de estar em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Parecer.
Sala das Comissões, 26 de julho de 2010.
ISNARD ARAÚJO – RELATOR
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 168/10

Considerando que dentre as diversas mazelas que assolam as metrópoles brasileiras, duas causam profundos terror e preocupação, principalmente entre pais e responsáveis: o tráfico de crianças para adoção e as redes de pedofilia;

considerando que problemas característicos do inchaço urbano, da ausência de legislação sobre a matéria e a conseqüente dificuldade de fiscalização, o tráfico de crianças e a pedofilia transtornam e transgridem a infância e a juventude, violam valores familiares e, mais recentemente, fomentam e capitalizam o tráfico de drogas, numa referência às recentes veiculações midiáticas sobre as redes de pedofilia comandadas por traficantes;

considerando que o mal pode se potencializar e ir além do mero aliciamento, com a possibilidade de envolvimento e conivência de setores que, através da concupiscência de alguns funcionários, podem facilitar a ação e o crescimento destas redes, interconectando e protegendo as duas pontas deste processo: demanda e procura;

considerando a necessidade de tornar obrigatória a confecção de ficha de identificação de crianças (até 12 anos de idade incompletos) e adolescentes (12 a 18 anos de idade), no ato do registro, em hotéis, pensões, pousadas, albergues e similares, mesmo que acompanhados dos pais ou responsáveis legais;

considerando que ficará a cargo do estabelecimento a confecção da ficha de identificação, podendo ser criada mediante recursos de informática, desde que o registro seja feito;

considerando que a ficha de identificação, preenchida com base em documento oficial da criança ou do adolescente, seja Certidão de Nascimento ou Registro Geral, e Registro Geral do responsável, exibidos no ato do registro no estabelecimento, deverá conter:

I – Da criança ou adolescente:
I – Nome completo;
II – data de nascimento;
III – naturalidade;
IV– dados da Certidão de Nascimento;
V – fotocópia do Registro Geral, em havendo este documento;
VI – data da entrada e da saída no estabelecimento.
II – Dos pais ou responsáveis legais:
I– nome completo;
II – data de nascimento;
III – dados do Registro Geral.

Considerando que a Ficha de Identificação e os dados constantes na mesma, somente serão fornecidos mediante requisição de autoridade policial, representantes do Ministério Público ou do Poder Judiciário, munidos do devido documento requisitório;

considerando que os estabelecimentos deverão manter, em lugar visível, cartaz comunicando a obrigatoriedade do preenchimento da ficha de identificação para crianças e adolescentes.

Propomos o presente Projeto de Indicação a fim de prevenir a existência de um conector nestas cadeias de aliciamento e violência, evitando a entrada de crianças não identificadas na rede hoteleira do Estado, numa tentativa de coibir o turismo sexual, modalidade de pedofilia praticada em destinos turísticos brasileiros, em complementaridade ao disposto no art. 82 do Estatuto da Criança e do Adolescente que diz que: "É proibida a hospedagem de criança ou adolescentes em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao governador do Estado, a obrigatoriedade de confecção de ficha de identificação de crianças e adolescentes no ato do registro pelos estabelecimentos de hospedagem do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2010.
ANDREA MENDONÇA

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

O Projeto em tela TEM AMPARO LEGAL E REGIMENTAL, de acordo com o que preceitua o Capítulo VII, art. 197 da Resolução 910/91 – Das Indicações, e suas alterações, estando, portanto, apto a seguir sua tramitação.

Diante do exposto, opino pela CONSTITUCIONALIDADE E APROVAÇÃO da presente Proposição, em face de estar em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Parecer.
Sala das Comissões, 26 de julho de 2010.
ISNARD ARAÚJO – RELATOR
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 172/10

Considerando a Lei Federal nº 11.079 de 2004 que fundamentou as Parcerias Público-Privadas no Brasil;

considerando que Parceria Público-Privada é um contrato de concessão, com data limitada de duração (de 05 a 35 anos), que se destina a realizar um projeto específico, onde o Estado e o Privado irão co-pactuar uma obra ou uma prestação de serviços, manifestamente desejados pela comunidade;

considerando que o transporte é essencial para as diversas atividades que cada cidadão deve realizar em seu cotidiano. Apontado como aquele que melhor atende às necessidades de transporte segundo seus usuários, o automóvel é, na atualidade, o meio mais utilizado. O aumento do uso de automóveis acarreta impactos no ambiente urbano, notadamente a falta de estacionamentos;

considerando que obras subterrâneas são vantajosas, pois contribuem para a diminuição de impacto no ambiente urbano, com a redução do número de desapropriações de imóveis e do transtorno ocasionado ao cidadão com as atividades do empreendimento. Também há vantagem quanto à preservação das áreas verdes que tornam o visual mais agradável;

considerando a insegurança e a crônica falta de vagas para atender a população;

considerando que Parcerias Público-Privadas pode ser a solução para a revitalização de áreas em nossa Cidade como Centro Histórico, Avenida Sete de Setembro,

Comércio, entre outras, com a construção de estacionamentos subterrâneos.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, Parcerias Público-Privadas para construção de estacionamentos subterrâneos no Município de Salvador.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2010.
ANDREA MENDONÇA.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

O Projeto em tela TEM AMPARO LEGAL E REGIMENTAL, de acordo com o que preceitua o Capítulo VII, art. 197 da Resolução 910/91 – Das Indicações, e suas alterações, estando, portanto, apto a seguir sua tramitação.

Diante do exposto, opino pela CONSTITUCIONALIDADE E APROVAÇÃO da presente Proposição, em face de estar em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Parecer.
Sala das Comissões, 26 de julho de 2010.
ISNARD ARAÚJO – RELATOR
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 178/10

Considerando que o problema que enfoca este Projeto é o da segurança no transporte de escolares;

considerando a necessidade dos veículos de transporte escolar terem pintado na carroceria um telefone OFICIAL – *Disque Denúncia Transporte Escolar* - para que a população possa transmitir à autoridade municipal, estadual ou federal suas denúncias quanto ao serviço prestado, agindo, assim, como um importante auxiliar na fiscalização;

considerando que se trata de uma providência de fácil implementação, mas que, apesar da simplicidade, deverá contribuir enormemente para o aumento da segurança das crianças que utilizam esse transporte, evitando que tenhamos que lamentar a perda de vítimas inocentes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a obrigatoriedade dos veículos de transporte de escolares exibirem um número de telefone para reclamações pintado em suas carrocerias.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2010.
ANDREA MENDONÇA

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

O Projeto em tela TEM AMPARO LEGAL E REGIMENTAL, de acordo com o que preceitua o Capítulo VII, art. 197 da Resolução 910/91 – Das Indicações, e suas alterações, estando, portanto, apto a seguir sua tramitação.

Diante do exposto, opino pela CONSTITUCIONALIDADE E APROVAÇÃO da presente Proposição, em face de estar em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Parecer.
Sala das Comissões, 26 de julho de 2010.
ISNARD ARAÚJO – RELATOR
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 179/10

Considerando que o problema que enfoca este Projeto é o da segurança no transporte de escolares;

considerando a necessidade dos veículos de transporte escolar terem pintado na carroceria um telefone OFICIAL – *Disque Denúncia Transporte Escolar* - para que a população possa transmitir à autoridade municipal, suas denúncias quanto ao serviço prestado, agindo, assim, como um importante auxiliar na fiscalização;

considerando que se trata de uma providência de fácil implementação, mas que, apesar da simplicidade, deverá contribuir enormemente para o aumento da segurança das crianças que utilizam esse transporte, evitando que tenhamos que lamentar a perda de vítimas inocentes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, a obrigatoriedade dos veículos de transporte de escolares exibirem um número de telefone para reclamações pintado em suas carrocerias.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2010.
ANDREA MENDONÇA.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

O Projeto em tela TEM AMPARO LEGAL E REGIMENTAL, de acordo com o que preceitua o Capítulo VII, art. 197 da Resolução 910/91 – Das Indicações, e suas alterações, estando, portanto, apto a seguir sua tramitação.

Diante do exposto, opino pela CONSTITUCIONALIDADE E APROVAÇÃO da presente Proposição, em face de estar em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Parecer.
Sala das Comissões, 26 de julho de 2010.
ISNARD ARAÚJO – RELATOR
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 180/10

Considerando que transformar a unidade escolar em espaços para a construção da cidadania e inclusão social é uma opção de lazer que pode reduzir o índice de criminalidade entre jovens e crianças;

considerando que ceder as instalações físicas dos estabelecimentos públicos municipais nos feriados e finais de semana para uso da comunidade é proporcionar a integração e melhorar o relacionamento entre comunidade, aluno, escola e professor;

considerando que esses estabelecimentos ficarão disponíveis à comunidade, para serem utilizados como centro de lazer, atividades culturais e esportivas, dentre outras, a serem desenvolvidas pelo Poder Público ou entidades não governamentais; considerando a iniciativa da Unesco que criou no ano de 2000 o Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz que atualmente é desenvolvido em mais de 10 Estados brasileiros, em parceria com governos estaduais e municipais. As escolas públicas são abertas nos finais de semana com oficinas e ações diversas que contemplam atividades de estímulo à expressão oral, artística, de desenvolvimento físico, reforço escolar, de convivência e sociabilidade, cidadania, dentre outras. Os números mostram que as escolas de Pernambuco, um dos Estados beneficiados pelo programa, conseguiram melhorias de 83% nos casos de indisciplina, furtos e brigas entre os alunos, 66,7% nas ocorrências de uso de drogas e quase 100% nos episódios de vandalismo e depredação da escola;

considerando que para garantir a estrutura administrativa e operacional necessária para viabilizar este projeto, que inicialmente pode utilizar a incorporação de voluntários e não se encontrando uma pessoa para ser o responsável pela supervisão dos ginásios poliesportivos nos finais de semana, que seja então concedida a modalidade de pagamento de hora-extra, ou até a instituição de um sistema rotativo de plantão por parte dos servidores da escola, garantindo a folga destes, no decorrer da semana;

considerando que esta é uma iniciativa para modificar e reverter o crescimento do número de jovens envolvidos direta ou indiretamente em casos de violência, expostos às mais variadas situações de risco. Está provado que, principalmente, nas comunidades mais carentes, grande parte dos casos de violência ou consumo de bebidas e drogas, ocorrem nos finais de semana, quando os jovens acabam ficando quase sem opções de lazer na comunidade em que vivem. Por isso, trazemos uma alternativa que vai além de abrir portas, também abrirá novos horizontes, e barra o caminho da violência entre os nossos jovens.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, que as instalações físicas dos estabelecimentos públicos de ensino

municipais sejam abertas nos feriados e finais de semana para uso da comunidade.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2010.
ANDREA MENDONÇA

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

A providência sugerida pela ilustre autora já adotada com absoluto sucesso nas escolas estaduais de Salvador na gestão do saudoso secretário Eraldo Tinoco sendo, portanto, útil à integração comunidade-escola, sem custo adicional à PMS.

Quando ao aspecto legal, nada contraria a legislação em vigor.

Pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 02 de agosto de 2010.
ALFREDO MANGUEIRA – RELATOR
HENRIQUE CARBALLAL
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 182/10

Considerando que as pessoas hipossuficientes financeiramente, que percebem até dois salários mínimos ou indigentes, não podem arcar com serviço funerário e despesas com sepultamento;

considerando que o serviço funerário consiste na preparação do corpo, oferecimento de urna mortuária, velório, transporte, entrega do corpo no cemitério e traslado;

considerando que as pessoas hipossuficientes ficam com seus parentes vários dias no IML Instituto Médico Legal, pedindo esmolas ou ajuda de vizinhos e amigos para poder enterrar os seus mortos;

considerando que para o fornecimento gratuito do serviço funerário o parente do morto, esposo(a) ou companheiro(a) deverá comprovar perante o órgão de assistência social do Estado, condições de pobreza da família da pessoa que irá ser sepultada:

considerando que a declaração de pobreza poderá ser feita pelo próprio familiar devidamente qualificado e firmada por duas testemunhas;

considerando que para o fornecimento do serviço funerário gratuito deverá existir um plantão diurno e noturno nos postos de atendimento do Instituto Médico Legal do Estado, além de um posto de plantão com assistente social com telefones à disposição do público;

considerando que o fornecimento do serviço funerário e de sepultamento gratuito deverá ser regular e ininterrupto, portanto também aos sábados, domingos e feriados;

considerando que para oferecer os serviços funerários e de sepultamento gratuitos para as pessoas que percebem até dois salários mínimos e indigentes o Estado poderá abrir concorrência pública na forma da Lei, para as empresas do gênero.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao governo do Estado da Bahia que forneça serviços funerários e despesas com sepultamento gratuitamente às pessoas hipossuficientes financeiramente que percebam até 02 salários mínimos e indigentes, colocando postos de plantão ininterruptos com assistente social e telefones à disposição dos parentes do falecido.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2010.
SIDELVAN NÓBREGA

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

A exemplo da prática já implantada pela PMS, propõe o ilustre autor que a prática seja adotada também em nível estadual, com repercussão em nossa Capital.

O Projeto é legal e está redigido dentro da boa técnica legislativa.
Pela aprovação.

É o Parecer.
Sala das Comissões, 02 de agosto de 2010.
ALFREDO MAGUEIRA – RELATOR
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 184/10

Considerando que é de conhecimento geral o grande número de roubo e trocas de recám- nascidos nas maternidades e hospitais de todo o País;

considerando que são notórios os casos em que crianças são retiradas dos hospitais e maternidades por pessoas estranhas;

considerando que atualmente os hospitais e maternidades não oferecem segurança devida nesses momentos em que as crianças nem sabem se defender, por isso são mais vulneráveis;

considerando que hospitais e maternidades devem ser um ambiente de confiança e segurança;

considerando que já existe um equipamento de segurança que é instalado nas pulseiras de identificação e nas portas desses estabelecimentos e é utilizado em Estados como Maranhão.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao presidente da República, que decrete a obrigatoriedade de se passar a utilizar em hospitais e maternidades de Salvador pulseiras de identificação que contenham alarme que sinalizem a saída de recém- nascidos e crianças de suas dependências, e que só possam ser desativados por pessoas autorizadas

Sala das Sessões, 07 de julho de 2010.
JOCEVAL RODRIGUES

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Objetivando inibir um problema que, embora raro, tem ocorrido com sérias conseqüências para as famílias e para as crianças seqüestradas ou mesmo trocadas por erro de identificação, a proposta indicada é válida, além de atender ao que determina o Regimento Interno e a boa técnica legislativa, exceto quando indica a providência apenas para Salvador, o que seria competência do prefeito.

Considerando-se que o Projeto de Indicação é dirigido ao Presidente da República, propomos Emenda substitutiva de redação, substituindo-se o termo "hospitais e maternidades de Salvador" para "hospitais e maternidades em todo o território nacional."

Com a Emenda proposta, opinamos pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 02 de agosto de 2010.
ALFREDO MANGUEIRA – RELATOR
HENRIQUE CARBALLAL
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 185/10

Considerando que é de conhecimento geral o grande número de roubo e trocas de recám- nascidos nas maternidades e hospitais de todo o País;

considerando que são notórios os casos em que crianças são retiradas dos hospitais e maternidades por pessoas estranhas;

considerando que atualmente os hospitais e maternidades não oferecem segurança devida nesses momentos em que as crianças nem sabem se defender, por isso são mais vulneráveis;

considerando que hospitais e maternidades devem ser um ambiente de confiança e segurança;

considerando que já existe um equipamento de segurança que é instalado nas pulseiras de identificação e nas portas desses estabelecimentos e é utilizado em Estados como Maranhão.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

à Secretaria de Saúde de Salvador, que passe a utilizar nos hospitais e maternida-

des de Salvador pulseiras de identificação que contenham alarme que sinalizem a saída de recém- nascidos e crianças de suas dependências e que só possam ser desativados por pessoas autorizadas.

Sala das Sessões, 07 de julho de 2010.
JOCEVAL RODRIGUES

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Considerando que o mesmo autor fez idêntica Indicação ao Presidente da República, que recebeu parecer favorável deste relator, nada obsta a aprovação do presente Projeto.

Pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 02 de agosto de 2010.
ALFREDO MANGUEIRA – RELATOR
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 187/10

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 24, inciso XII, é clara ao afirmar:
"Artigo 24- Compete à União, aos Estados, e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
XII – Previdência social, proteção e defesa da saúde".

Considerando que esta Indicação visa a proteger a saúde de inúmeros recém-nascidos que necessitam de leite materno, mas que suas mães, por diferentes motivos de saúde, ou mesmo social, não os estão amamentando. Esses bebês, sem o leite materno, correm risco de óbito;

considerando que uma ampla campanha de estímulo à doação de leite materno realizada nos meios de comunicação, impressos e eletrônicos, de forma permanente, ajudará a amenizar esse problema;

considerando que essa campanha pode, ainda, ser "apoiada" por cartilhas impressas, com texto claro e esclarecedor, convidando as mães a doarem leite. Essas cartilhas, distribuídas de forma gratuita e permanente, em todas as maternidades públicas e privadas do Estado da Bahia, atingirão o público-alvo da campanha, com excelentes resultados. Em pouco tempo toda a demanda por leite materno estará atendida em nosso Estado.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao governador, que seja feita *campanha de incentivo à doação de leite materno* no âmbito do Estado.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2010.

ANDREA MENDONÇA

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

O Projeto em tela TEM AMPARO LEGAL E REGIMENTAL, de acordo com o que preceitua o Capítulo VII, art. 197 da Resolução 910/91 – Das Indicações, e suas alterações, estando, portanto, apto a seguir sua tramitação.

Diante do exposto, opino pela CONSTITUCIONALIDADE E APROVAÇÃO da presente Proposição, em face de estar em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Parecer.
Sala das Comissões, 26 de julho de 2010.
ISNARD ARAÚJO – RELATOR
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 188/10

Considerando que esta Indicação visa a proteger a saúde de inúmeros recém-nascidos que necessitam de leite materno, mas que suas mães, por diferentes motivos de saúde, ou mesmo social, não os estão amamentando. Esses bebês, sem o leite materno, correm risco de óbito;

considerando que uma ampla campanha de estímulo à doação de leite materno realizada nos meios de comunicação, impressos e eletrônicos, de forma permanente, ajudará a amenizar esse problema;

considerando que essa campanha pode, ainda, ser "apoiada" por cartilhas impressas, com texto claro e esclarecedor, convidando as mães a doarem leite. Essas cartilhas, distribuídas de forma gratuita e permanente, em todas as maternidades públicas e privadas do Município, atingirão o público-alvo da campanha, com excelentes resultados. Em pouco tempo toda a demanda por leite materno estará atendida em nossa Cidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, que seja feita *campanha de incentivo à doação de leite materno* no Município de Salvador.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2010.
ANDREA MENDONÇA

PAREER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Considerando que este relator teve Projeto de Lei de sua autoria sancionado pelo Executivo Municipal criando o Banco de Leite Materno, nada mais justo que a proposta indicada no Projeto em análise, que, se acatada, colocará em prática a Lei 6026/2001, até a presente data, não efetivamente cumprida.

Quanto á parte legal do Projeto, nada que impeça sua tramitação.

Pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 02 de agosto de 2010.
ALFREDO MANGUEIRA – RELATOR
HENRIQUE CARBALLAL
EVERALDO BISPO
ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO

ATA

31ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DA 16ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2010.

PRESIDENTE:VEREADOR ALAN SANCHES
1º SECRETÁRIO:VEREADOR SIDELVAN NÓBREGA
2ª SECRETÁRIA:VEREADORA VÂNIA GALVÃO

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALAN SANCHES, ALBERTO BRAGA, ALCINDO DA ANUNCIAÇÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANDRÉA MENDONÇA, ALEMÃO, CARLOS MUNIZ, DAVID RIOS, DR. GIOVANNI, DR. PITANGUEIRA, EDSON DA UNIÃO, ERIVELTON SANTANA, EVERALDO BISPO, GILBERTO JOSÉ, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JORGE JAMBEIRO, LAUDELINO CONCEIÇÃO, LEO KRET DO BRASIL, LUCIANO BRAGA, LUIZINHO SOBRAL, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, OLIVIA SANTANA, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, PEDRO GODINHO, PLÁCIDO FARIA, SANDOVAL GUIMARÃES, SIDELVAN NÓBREGA, TC MUSTAFA, TÉO SENNA, TIA ERON e VÂNIA GALVÃO. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi anunciada a leitura do Expediente que constou do seguinte: Ofícios do Gabinete da Prefeitura Municipal, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação e do Ministério da Integração Nacional; Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 61/10 da vereadora Andréa Mendonça; Projetos de Lei nºs 253/10 do vereador Alcindo da Anunciação, 254 a 256/10 da vereadora Andréa Mendonça, 257 e 258/10 do vereador Téo Senna e 259 e 260/10 do vereador Orlando Palhinha; Projeto de Resolução nº 73/10 da Mesa Executiva; Projetos de Indicação nºs 209 e 210/10 do vereador Dr. Giovanni e 211 e 212/10 do vereador Edson da União; Moção nº 59/10 da vereadora Andréa Mendonça e Requerimento nº 240/10 do vereador Téo Senna. Terminada a leitura do Expediente, foi votada e aprovada solicitação de licença do vereador Jorge Jambeiro. Conforme acordo de lideranças, o Senhor presidente submeteu ao

Plenário a transformação da Sessão em Especial para discutir a TRANSCON da Orla Marítima, sendo aprovada a transformação. Pela ordem, o edil Pedro Godinho justificou a Sessão. Pela ordem, o vereador Alcindo da Anunciação indagou se sendo a Sessão Especial poderia falar um representante da Associação dos Barraqueiros de Praia. O Senhor presidente sugeriu Sessão Especial sobre a questão das barracas de praia. Pela ordem, o edil Gilmar Santiago informou que a oposição estava ingressando com proposta de CEI para investigar denúncias feitas pela ex-secretária Kátia Carmelo sobre as Transcons. Pela ordem, o vereador Alfredo Mangueira sugeriu a saída da 2ª secretária da Mesa, a fim de melhor ouvir-se a ex-secretária Kátia Carmelo. Pela ordem, o vereador Dr. Pitangueira lembrou que os proponentes da CEI das Transcons foram contrários à CEI da Saúde. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão solidarizou-se com os barraqueiros e pediu colocação de mais cadeiras no Plenário para acomodação das pessoas. Pela ordem, a vereadora Andréa Mendonça solidarizou-se com os barraqueiros. Novamente pela ordem, o edil Alcindo da Anunciação também anunciou Requerimento de CEI e o vereador Gilmar Santiago reiterou a proposta da oposição. Pela ordem, o vereador Plácido Faria lamentou mais uma denúncia de corrupção na administração João Henrique. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha solidarizou-se com os barraqueiros e advertiu que se a Casa não exercer a fiscalização instalando a CEI, estará abdicando da prerrogativa. Pela ordem, a vereadora Olívia Santana solidarizou-se com os barraqueiros e sugeriu a imediata trazida dos convidados para a ouvida. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza corroborou a necessidade de CEI e solidarizou-se com os barraqueiros. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal associou-se ao colocado pela vereadora Olívia Santana e lamentou que até o momento o prefeito não tivesse cumprido compromisso de receber os barraqueiros. O Senhor presidente sugeriu dar-se prazo para a Prefeitura, ou realizar-se outra audiência pública sobre a questão das barracas de praia. Em outra questão de ordem, o vereador Alcindo da Anunciação opinou que a Casa devia posicionar-se hoje sobre a questão das barracas de praia. A vereadora Léo Kret do Brasil considerou a questão dos barraqueiros premente e não menos importante que a questão das Transcons. O Senhor presidente convidou o Dr. Paulo Damasceno, secretário da SEDHAM, o Dr. Cláudio Silva, superintendente da SUCOM, a Dra. Angélica Guimarães, sub-procuradora do Município e a ex-secretaria Kátia Carmelo a tomarem assento a Mesa. Pela ordem, o vereador Alfredo Mangueira reiterou a sugestão para que a 2ª secretária deixasse a Mesa a fim de melhor se ouvir a ex-secretária, tendo as vereadoras Aladilce Souza, Olívia Santana e Marta Rodrigues discordado, argumentando a função da 2ª secretária na Mesa. Novamente pela ordem, o vereador Alfredo Mangueira disse que sua sugestão visou à melhor acomodação e ouvida da ex-secretária. Pela ordem, o vereador Sidelvan Nóbrega, que havia saído da Mesa a fim de proporcionar melhor acomodação aos convidados, anunciou seu retorno. Pela ordem, o vereador Alcindo da Anunciação reiterou solicitação de inscrição do presidente da Associação dos Barraqueiros. O Senhor presidente anunciou a ordem da Sessão Especial. Pela ordem, o vereador Alemão solidarizou-se e solicitou solução urgente para o problema dos barraqueiros. Em seguida, a ex-secretária Kátia Carmelo saudou a Mesa, os vereadores e os trabalhadores, disse ser técnica e não política e não ser candidata a cargo eletivo. Questionou se terá de ficar cercada de policiais na SUCOM. Falou sobre o PDDU, Projeto que foi muito criticado mas proposto tecnicamente para o desenvolvimento da Cidade, e colocou a questão da utilização de Transcons, que se trata de concessão, na faixa de borda da Orla, para ampliação do potencial construtivo, o que só pode ser feito por outorga onerosa. Citou a Lei 3.805/87 que criou a Transcon e os critérios estabelecidos pelo PDDU para o instrumento. Sobre concessão não existe direito adquirido e a SUCOM não está cumprindo isso, gerando perda para o Município da ordem de quinhentos milhões. Questionou a não instalação do Conselho da Cidade, saldos, controles, afirmando ter deixado oito milhões na conta da SUCOM, a mudança de sede do órgão, a guarda de processos em arquivo terceirizado, a instalação de totens sem licitação, sugeriu ao secretário da SEDHAM livrar-se de um assessor desnecessário e a imediata exoneração do atual superintendente da SUCOM, denunciou ameaças a servidores e advertiu para o risco iminente de provas contundentes desaparecerem. Reafirma tudo o que disse à imprensa, mais ainda acrescentará, só aguardando que se instale a CEI por esta Casa, que tem legitimidade para tanto, não sendo cabível deixar mais o prefeito numa redoma, até por improbidade administrativa, e querer enviar para esta Casa Projetos de Lei para corrigir erros que contrariam a Lei e usar-se Parecer que tem caráter consultivo. Colocou a denúncia em público para que a população da Cidade venha ter conhecimento da situação que resulta em perda de receita para o Município. Concluiu considerando que o prefeito precisa se pronunciar e anunciando estar aguardando ser interpelada porque é em juízo que as coisas vão se colocar. Posteriormente, o secretário da SEDHAM saudou todos e conceituou e historiou a TRANSCON, um instrumento datado de 87, recepcionado pela Lei Orgânica e que esteve presente no PDDU de 2004 e no atual, fundamental para a implementação de política urbana, ponderando que se houver falhas, têm de ser corrigidas. Concluiu colocando a SEDHAM a disposição. O superintendente Cláudio Silva saudou todos e informou ter alternativa para os barraqueiros de praia. Disse não ter vindo prestar explicações e sim trazer provas contra as denúncias caluniosas, provas que coloca a disposição desta Casa, do MP e do Tribunal de Contas. O dito arquivo terceirizado nada mais é do que a substituição de uma casa velha, em condições indignas de receber e guardar processos, muitos colocados próximos a sanitários, a empresa que guarda os arquivos é a mesma que guarda os arquivos do Tribunal de Contas do Estado. Citou multa do Tribunal de Contas à gestão da Senhora Kátia Carmelo na gestão na SUCOM, disse não ter encontrado controles, inclusive sem baixa para a empresa 3i, exonerou o responsável, encontrou também em nome da Catabas saldo negativo de 22 mil m² de Transcons, um prejuízo de mais de setecentos milhões para o Município, em razão disso não houve mais publicações. Instalou-se auditoria, em curso, antes das denúncias da ex-secretária, e está se procedendo a histórico das TRANSCONS. Disse não haver diferença entre os alvarás de agora e os anteriores, só determinou colocar o número e a baixa no estoque, citando, da gestão anterior, Alvará em favor da Patrimonial Saraíba em que consta o número. Se pode ou não na Orla a Transcon, entende que o esclarecimento cabe à esfera jurídica. O Dr. Pedro Guerra, procurador geral do Município, defendeu como correto o Parecer da Procuradoria Jurídica, emitido pela Dra. Angélica Guimarães, um dos melhores quadros da Procuradoria. A sub-procuradora Angélica Guimarães saudou todos e colocou não ter vindo a esta Casa por intimação ou convite, mas por vontade própria como procuradora e cidadã. Não é política, é técnica, concursada, professora de Direito, respeita o ordenamento jurídico e o interesse público e a sua instituição, a Procuradoria Jurídica do Município, que não avalia, não defere e não controla Transcons. Assim, não aceita que se tente macular a Procuradoria. Feito o desabafo, pelo que até pedia desculpas a esta Casa que sempre a recebeu muito bem, inclusive recepcionando e publicando trabalho de sua autoria, disse não ter dado Parecer genérico, mas em caso concreto, respondendo a uma consulta da SEDHAM. O objeto da consulta foi: existe direito adquirido em face de Lei nova? Sim,o título é válido, e a Lei Orgânica do Município tem que ser respeitada, mas desde que nos termos da legislação urbanística em vigor, ouvido o órgão competente e procedida à avaliação técnica. Citou a mudança na legislação previdenciária como exemplo em que a Lei não retroage para prejudicar. E reafirmou os termos do Parecer que defende em qualquer lugar juridicamente. Aberta a participação dos vereadores, pronunciaram-se os edis: Henrique Carballal, que defendeu a instalação da CEI em face de denúncias graves da ex-secretária Kátia Carmelo, sobre quem esclareceu a oposição não ter ligação e a quem indagou se tem relação com os Srs. Herder Mendonça, Celso Ricardo, Átila Brandão e João Andrade; Vânia Galvão, que também defendeu a CEI e questionou porque até então não foram remetidas ao MP cópias de autorizações de Transcons e não é publicado o saldo; Marta Rodrigues, igualmente defendendo a CEI e saudando a Casa pelo exercício do papel fiscalizador; Moisés Rocha, questionando porque esta Casa não foi consultada em alguns casos de Transcons e lembrando que o instrumento poderia ser mudado com o PDDU; Aladilce Souza, reiterando no sentido de a Casa encaminhar a questão dos barraqueiros. Ressaltou que o Parecer da
Procuradoria não assinou em baixo, cobrou a instalação do Conselho da Cidade e o Plano Diretor de Transportes e Lei do Uso do Solo; Olívia Santana, que defendeu a CEI e lamentou a renúncia de receita, para atender ao interesse privado. Salientou que hoje se vê trocando acusações as mesmas pessoas que conceberam o PDDU, cujo único ponto positivo foi o art. 263. Conforme a sub-procuradora disse ter respondido a uma consulta, resta claro que o Município não poderia usar o Parecer para autorizar a Transcon na Orla; Gilmar Santiago, que se solidarizou com os barraqueiros e defendeu a CEI pela gravidade das denúncias; Eron Vasconcelos, que saudou todos, especialmente a ex-secretária Kátia Carmelo, a sub-chefe da Casa Civil, Dra. Lisiane Guimarães, e a sub-procuradora Angélica Guimarães Apelou pelos barraqueiros de praia, já anunciado pelo superintendente da SUCOM haver solução e considerou a CEI necessária para a Cidade; Luiz Sobral, que se solidarizou com os barraqueiros de praia e registrou que há um ano e meio solicitou e reiterou do prefeito e da SUCOM extrato de Transcons e não recebeu resposta, insistindo através da Presidência desta Casa, ainda assim não obtendo êxito. Defendeu a CEI para apurar e responsabilizar responsáveis; Paulo Magalhães Júnior, que se solidarizou com os barraqueiros de praia e ressaltou, com respeito à ex-secretária Kátia Carmelo, homenageada, com justeza, por esta Casa, a fala da sub-procuradora Angélica Guimarães pela clareza sobre a questão juridicamente. Discordou de sugerir-se exonerações, que são de competência do prefeito, e da CEI, a seu ver, eleitoral; Paulo Câmara, igualmente ressaltando o pronunciamento da sub-procuradora. Como as denúncias da ex-secretária e do superintendente apontam prejuízos vultosos para a Cidade, opinou que pelo aguardo da conclusão da auditoria, e, se os números apresentados pela ex-secretária forem verídicos, aí então a CEI e encaminhamento ao MP e à Polícia; Plácido Faria, que registrou o processo de quatro anos atrás da questão das barracas de praia, defendeu moralização na administração João Henrique que pratica uma verdadeira farra de dispensa de licitação e colocou-se a disposição da Dra. Kátia Carmelo; Andréa Mendonça, que se solidarizou com os barraqueiros de praia e com a ex-secretária Kátia Carmelo pela coragem, perguntou sobre o saldo da conta do Fundurb, porque a SUCOM mudou de endereço, se o superintendente tem visto e assinado as Atas, se viu a Ata de mudança da SUCOM, quem é o Sr. Alcebíades Barata Filho dentro da Prefeitura e o que acontece porque os empresários buscam a outorga onerosa e são obrigados a usar Transcons; Pedro Godinho, que declarou estar solidário com os barraqueiros de praia, agradeceu aos dirigentes municipais que o procuraram para manifestar o desejo de vir a esta Casa e atribuiu a uma interpretação pessoal da técnica Kátia Carmelo as denúncias. Observou que a oposição quer CEI, mas o presidente Lula acha CPIs exploração política. Entende como melhor que CEIs os dirigentes virem colocar as questões; Alcindo da Anunciação, que indagou do superintendente se a solução para os barraqueiros seria positiva, o porquê da não publicação das Transcons, da ex-secretária por que demorou tanto para fazer as denúncias e reafirmou a solicitação para permitir ao representante dos barraqueiros de praia

pronunciar-se; Jorge Jambeiro, que se solidarizou com os barraqueiros, reputou a TRANSCON, que existe desde a gestão da prefeita Lídice da Mata, um instrumento espúrio, e considerou a CEI eleitoreira; Pedrinho Pepê, que se solidarizou com os barraqueiros de praia, desejando que a solução contemplasse, também, aqueles que já tiveram suas barracas derrubadas, e sugeriu a continuidade dos debates sobre as Transcons na Comissão de Planejamento Urbano; Carlos Muniz, que se solidarizou com os barraqueiros de praia, registrou ter solicitado a Sessão Especial, tendo o vereador Pedro Godinho se antecipado, questionou porque as Transcons não estão sendo publicadas e se a ex-secretária Kátia Carmelo tem ligações com o Sr. Alcebíades Barata e se ele é o grande beneficiado com as Transcons; Joceval Rodrigues, que se solidarizou com os barraqueiros, indagou se eles receberiam assistência do Judiciário e opinou pela convocação da discussão das Transcons pela Comissão de Planejamento Urbano, a fim de não se dar lugar a palanque político com a CEI e Téo Senna, que se congratulou com o vereador Alcindo da Anunciação pela audiência pública sobre as barracas de praia e com os dirigentes municipais por virem a esta Casa, demonstrando o governo municipal não ter se escondido de uma questão de domínio público que precisa ser apurada sem utilização política. O vereador Téo Senna fez colocações lembrando as mortes do servidor Neilton e do sindicalista Paulo Colombiano, refutadas pelos vereadores Aladilce Souza, Vânia Galvão, Moisés Rocha e Henrique Carballal. O Senhor presidente advertiu que o assunto em discussão eram as Transcons, aberto um parêntese em favor dos barraqueiros de praia. O presidente da Associação dos Barraqueiros de Praia, Sr. Alan Rebelato criticou o não recebimento dos barraqueiros pelo prefeito, até o momento, questionou se havia interesse imobiliário em cima das barracas de praia, desejou que a anunciada solução fosse positiva e que o prefeito a divulgasse. Anunciou decisão dos barraqueiros de não saírem da Câmara enquanto não recebessem resposta, querem saber qual é, e que o prefeito a colocasse para a imprensa, os barraqueiros não arredariam daqui sem resposta. Respondendo, a ex-secretária Kátia Carmelo ressaltou como correto o Parecer da sub-procuradora Angélica Guimarães e atestou como próba e digna de credibilidade a Procuradoria, sendo o Parecer mal utilizado pela Prefeitura. Afirmou não ter relação alguma com os acusados de extorsão, conhece alguns da época do PDDU quando eram seus algozes, que a Lei de 87 estabelece alguns casos para se ouvir a Câmara, considerou que a Câmara deve ser ouvida na concessão da Certidão-mãe, disse que os critérios quem estabelece é o Poder Executivo e a Secretaria da Habitação e que os recursos do Fundurb são variáveis, quando saiu, em dezembro de 2008, deixou na conta oito milhões que deveriam estar disponibilizados. Agradeceu ao vereador Plácido Faria, que se soma aos amigos que se ofereceram para ser seus defensores, disse não ter demorado e apresentado as denúncias à Casa Civil, à Polícia e ao MP, há um ano. Refletiu, em relação à questão das barracas de praia, que recursos provenientes de Transcons serviriam para relocação. O superintendente da SUCOM reiterou haver solução para os barraqueiros, carecendo de o Juízo da 3ª Vara de Fazenda Federal autorizar a implantação. De toda a documentação trazida, passou cópia para a vereadora Marta Rodrigues, citou o art. 265 do PDDU que obriga o órgão responsável a manter arquivo, tendo encontrado planilha com dados imprecisos, assim suspendeu a publicação que não tem prazo estipulado, discricionariamente podendo haver ou não a publicação de dados imprecisos. Conforme a auditoria em curso, possíveis valores serão cobrados. A auditoria que está sendo realizada não se refere apenas a TRANSCONS, e os dados finais serão encaminhados ao MP. A SUCOM mudou para a Avenida Tancredo Neves para ter condições mínimas de funcionamento e prestar melhor atendimento. Registrou a agilidade no desempenho do órgão e a melhoria no atendimento, cujos processos obedecem à ordem, só quebrada para casos especiais como o de hospitais. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal sugeriu a suspensão de todas as Transcons, até que seja esclarecida a questão. A vereadora Andréa Mendonça associou-se ao vereador Henrique Carballal e questionou a mudança da sede da SUCOM que contraria a Lei da poligonal do Centro Histórico para órgãos da Administração Municipal. Pela ordem, o vereador Sandoval Guimarães, invocando o RI, sugeriu que fosse avocado para a Comissão de Fiscalização o acompanhamento da questão das TRANSCONS. O Senhor presidente sugeriu avocar, também, à Comissão de Planejamento Urbano. O vereador Alcindo da Anunciação reiterou para que se encaminhasse solução para os barraqueiros de praia, hoje. O vereador Pedrinho Pepê parabenizou o superintendente pela mudança da sede da SUCOM e a vereadora Olívia Santana discordou da proposta do vereador Sandoval Guimarães. O vereador Gilmar Santiago admitiu que as Comissões de Fiscalização e de Planejamento Urbano avocassem a questão, mas manteve a proposta de CEI. Outrossim, propôs comissão para encaminhar a questão dos barraqueiros de praia. A vereadora Andréa Mendonça disse que a Comissão de Planejamento Urbano tratarl como prioridade a questão das denúncias sobre as Transcons e insistiu em que a mudança da sede da SUCOM continua violando a Lei. A vereadora Aladilce Souza considerou a CEI como o instrumento próprio para tratar da questão das Transcons, e sobre as barracas de praia, que o prefeito tinha de assumir o acordado, liderar a busca de solução para o problema. O vereador Moisés Rocha apelou ao vereador Pedro Godinho acatar a CEI e à Procuradoria do Município que as barracas não fossem derrubadas enquanto houvesse recursos. A vereadora Andréa Mendonça reforçou a colocação do edil Henrique Carballal e pediu à Comissão de Finanças o mesmo cuidado da Transcons com os créditos tributários. O vereador Sandoval Guimarães estranhou a colocação da vereadora Olívia Santana, membro da Comissão de Finanças. O vereador Sidelvan Nóbrega ponderou que as colocações foram feitas e que a investigação cabia ao MP. A vereadora Vânia Galvão perguntou o saldo do Fundurb. Sobre a aprovação de Contas com ressalvas, lembrou todos que todos os anos e Contas da Prefeitura têm sido aprovadas assim, que as CEIs estão previstas no RI e respondeu que a morte do servidor Neilton é questão de Polícia. O superintendente da SUCOM respondeu que os saldos de contas estavam em registros da Secretaria da Fazenda e que a arrecadação do Fundurb era cabia à Fundação Mário Leal Ferreira. O vereador Gilmar Santiago perguntou quando seria instalado o Conselho da Cidade, tendo o secretário da SEDHAM respondido haver imbróglio jurídico sobre a competência do Conselho de Cidade e do CONDURB, já em análise da Procuradoria Jurídica. Indagado, o Procurador geral respondeu que o prazo do Parecer seria de uma semana. O vereador Henrique Carballal ratificou a solicitação de suspensão de todas as Tanscons até o final das averiguações que cabem a esta Casa via CEI, não podendo a Câmara abdicar das prerrogativa de acompanhamento e fiscalização e ter seu papel reduzido. O vereador Alcindo da Anunciação sugeriu a convocação do Colégio de Líderes para avaliação da Sessão e solicitou comissão de vereadores para ir à Prefeitura tratar do problema dos barraqueiros de praia. A vereadora Aladilce Souza endossou a colocação do edil Henrique Carballal e a vereadora Andréa Mendonça defendeu a CEI e sugeriu também a suspensão das outorgas onerosas. O vereador Sidelvan Nóbrega solidarizou-se com os barraqueiros. Novamente pela ordem, a vereadora Aladilce Souza insistiu em contactar-se o prefeito a fim de receber os barraqueiros. O Senhor presidente considerou que a Sessão atendeu à finalidade, agradeceu a todos e declarou encerrada a Sessão. REGISTROS: registros diversos dos vereadores Andréa Mendonça e Pedro Godinho.

PRESIDENTE

1° SECRETÁRIO 2° SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

Vereador(es) licenciado(s)	Período	Fundamentação
ADRIANO MEIRELES	Prorrog. de licença até 05/10/10	Art. 18, inciso IV, Res. 910/91.

PROCESSO INDEFERIDO

PROCESSO CMS Nº : 1543 /2010
INTERESSADO : Amélia Teixeira Corrêa

PROCESSOS DEFERIDOS

PROCESSO CMS Nº : 1691/2010
INTERESSADO : Fernando Oliveira Santos

PROCESSO CMS Nº : 1597 /2010
INTERESSADO : Maria Cristina Pereira de Melo

PROCESSO CMS Nº : 1578/2010
INTERESSADO : Elizete Damasceno Alves

REQUERIMENTOS DEFERIDOS

2.069/10 – Vereador Edson da União
Solicita desobstrução de rede de esgoto na 3ª Travessa Carneiro da Rocha/Pero Vaz – Liberdade.

2.070/10 – Vereador Edson da União
Solicita coleta de entulho na Ladeira de Quintas – Baixa de Quintas.

2.071/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita urbanização da Rua Flamengo, Quadra 08, Lote 06/Condomínio Porto do Sol – Itapuã.

2.072/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita vistoria em uma casa abandonada, situada na Rua Andresa – Periperi.

2.073/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita desobstrução de rede de esgoto na Travessa Pacui do Budião – Praia Grande.

2.074/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita desobstrução de rede de esgoto na Rua Novos Alagados – Plataforma.

2.075/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita serviços de infraestrutura na Rua Novos Alagados – Plataforma.

2.076/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita complementação de recapeamento asfáltico na Rua Capitão Vicêncio Constantino Figueiredo – Massaranduba.

2.077/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita complementação de recapeamento asfáltico na Rua Jaguaribe/Loteamento Chaga do Monte – Cajazeiras VIII.

2.078/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita complementação de recapeamento asfáltico na Rua Aníbal Viana Sampaio/Jardim Eldorado – IAPI.

2.079/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita complementação de recapeamento asfáltico na Ladeira do Cacau – São Caetano.

2.080/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita complementação de recapeamento asfáltico na Rua Direta/ Baixa do Santo Antônio – São Gonçalo do Retiro.

2.081/10 – Vereador Palhinha
Solicita operação tapa-buracos na Rua Antônio Soares/Loteamento Dom Lucas – 1ª Etapa de Castelo Branco.

2.082/10 – Vereador Palhinha
Solicita pavimentação asfáltica na Rua 17 de Fevereiro, Bariri – subúrbio ferroviário.

2.083/10 – Vereador Palhinha
Solicita construção de contenção de encosta na Rua Pedro de Alencar – Rio Sena.

2.084/10 – Vereador Palhinha
Solicita construção de uma praça na Rua Roberto Veiga Lima – Rio Sena.

2.085/10 – Vereador Palhinha
Solicita construção de 10 (dez) bancos de concreto na Rua das Hortas – Alto do Cabrito.

2.086/10 – Vereador Palhinha
Solicita serviços de limpeza e capina no Campo da Bica, localizado na Rua das Hortas – Alto do Cabrito.

2.087/10 – Vereador Gilmar Santiago
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Direta Edson Saldanha – Vale do Matatu.

2.088/10 – Vereador Henrique Carballal
Solicita atuação da guarda municipal na Praça Rodrigo de Menezes – Baixa de Quintas.

2.089/10 – Vereador Heber Santana
Solicita construção de contenção de encosta na Rua São Paulo, Casa 1 – E – Cajazeira VI.

2.090/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita colocação de placas de concreto na rede de esgoto do Caminho 27, Setor C – Mussurunga I.

2.091/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita instalação de kit's metálicos de 70w nos pontos de luz localizados na Travessa Geraldo Martins – Sussuarana Velha.

2.092/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita instalação de kit's metálicos de 70w nos pontos de luz localizados na Travessa Verdes Mares – Sussuarana Velha.

2.093/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita instalação de um poste de iluminação pública-tipo trevo, no final de linha do Setor C – Mussurunga I.

2.094/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita manutenção dos refletores da quadra poliesportiva localizada no final de linha do Setor C – Mussurunga.

2.095/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita colocação de alambrado e recuperação do campo de futebol localizado na Rua Nascente do Sol – Sussuarana Velha.

2.096/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita recuperação de escadaria drenante localizada na Rua Wenceslau Galo – Cosme de Farias.

2.097/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita instalação de kit's metálicos de 70w nos pontos de luz localizados na Travessa Aída Celeste – Sussuarana Velha.

2.098/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita instalação de kit's metálicos de 70w nos pontos de luz localizados na Travessa Clóvis Bornay – Sussuarana Velha.

2.099/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita instalação de kit's metálicos de 70w nos pontos de luz localizados na Rua José Monteiro – Sussuarana Velha.

2.100/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita instalação de kit's metálicos de 70w nos pontos de luz localizados na Travessa Ana Paula Magalhães – Sussuarana Velha.

2.101/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita operação tapa-buracos na Rua Boa Esperança – São Gonçalo.

2.102/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita pavimentação asfáltica na Rua Lúcia – São Marcos.

2.103/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita pavimentação asfáltica na 2ª Travessa Edite Borges – Paripe.

2.104/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita retirada de entulho e colocação de uma placa com a inscrição Proibido jogar lixo, em frente a Praça da Aclamação – Forte de São Pedro.

2.105/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita pintura de faixa de pedestre na Avenida Ulysses Guimarães – Sussuarana Nova.

2.106/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita operação tapa-buracos na Rua Albino Fernandes – Sussuarana Velha.

2.107/10 – Vereador Téo Senna
Solicita operação tapa-buracos e serviço de recapeamento asfáltico nas imediações do campo de futebol, no Loteamento Parque São Cristóvão, São Cristóvão.

2.108/10 – Vereador Téo Senna
Solicita serviços de limpeza e capina no Conjunto Colina Verde/Nossa Senhora do Resgate – Cabula.

2.109/10 – Vereador Téo Senna
Solicita revisão de iluminação pública em 02 (dois) postes localizados na Praça Nossa Senhora do Resgate – Cabula.

2.110/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita pavimentação asfáltica na Rua Aurísio Fernandes – São Marcos.

2.111/10 – Vereador Palhinha
Solicita serviços de limpeza, coleta de entulho, pintura da arquibancada e capina, no campo de futebol localizado na Rua Ivan Barreto de Carvalho – Stiep.

2.112/10 – Vereador Palhinha
Solicita pavimentação asfáltica na Rua Daniel Além – Mirantes de Periperi.

2.113/10 – Vereador Palhinha
Solicita regularização da coleta de lixo na Rua Daniel Além – Mirantes de Periperi.

2.114/10 – Vereador Palhinha
Solicita serviços de limpeza do canal da Rua Muniz Ferreira/Conjunto Habitacional Coutos – Coutos.

2.115/10 – Vereador Luizinho Sobral
Solicita instalação de 02 (dois) contêiners para coleta de lixo na Ladeira de São João – Federação.

2.116/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita serviços de limpeza e manutenção diária do Conjunto Habitacional Cardeal Dom Eugênio Sales – Periperi.

2.117/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita serviços de varrição e capina na praça localizada no fim de linha da Urbis – Periperi.

2.118/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita complementação do recapeamento asfáltico da Rua dos Ferroviários – Plataforma.

2.119/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita erradicação de uma árvore na Rua Drº Walter Almeida – Periperi.

2.120/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita erradicação de uma árvore na Rua da Gávea – Periperi.

2.121/10 – Vereador Téo Senna
Solicita coleta de entulho na Rua Doutor Alberto Pondé – Candeal.

2.122/10 – Vereador Téo Senna
Solicita obras de recuperação do passeio público da Rua Doutor Alberto Pondé – Candeal.

2.123/10 – Vereador Téo Senna
Solicita poda de árvores na Rua Doutor Alberto Pondé – Candeal.

2.124/10 – Vereador Téo Senna
Solicita serviço de reposição de lâmpada do poste de iluminação pública de nº X10020076, localizado na Rua Doutor Alberto Pondé – Candeal.

2.125/10 – Vereador Palhinha
Solicita instalação de 04 (quatro) postes de iluminação pública na Rua João Henrique – Periperi.

2.126/10 – Vereador Palhinha
Solicita pavimentação asfáltica na 3ª Travessa São José – São Tomé de Paripe.

2.127/10 – Vereador Palhinha
Solicita construção de uma praça na Rua João Martins – Paripe.

2.128/10 – Vereador Palhinha
Solicita pavimentação e urbanização da Rua Muribeca – São Tomé de Paripe.

2.129/10 – Vereador Palhinha
Solicita serviços de limpeza e capina na Rua João Martins – Paripe.

2.130/10 – Vereador Palhinha
Solicita pavimentação e urbanização da 2ª Travessa Santa Filomena – São Tomé de Paripe.

2.131/10 – Vereador Palhinha
Solicita pavimentação e urbanização da Rua Ailton Mello – São Tomé de Paripe.

2.132/10 – Vereador Palhinha
Solicita pavimentação e urbanização da Rua Bela Vista – São Tomé de Paripe.

2.133/10 – Vereador Palhinha
Solicita construção de uma quadra poliesportiva nas Ruas Eixo 36 e 37 – Fazenda Coutos.

2.134/10 – Vereador Palhinha
Solicita pavimentação e urbanização da Rua Mariri – São Tomé de Paripe.

2.135/10 – Vereador Palhinha
Solicita poda de árvores na Rua Luís Hage – São Tomé de Paripe.

2.136/10 – Vereadora Leo Kret do Brasil
Solicita recuperação dos equipamentos e da praça localizada na Rua B, Setor I, Caminho 11 – Mussurunga 2.

2.137/10 – Vereadora Leo Kret do Brasil
Solicita recuperação do alambrado e da quadra de esporte localizada na Rua B, Setor I, Caminho 11 – Mussurunga 2.

2.138/10 – Vereadora Leo Kret do Brasil
Solicita recuperação de meios-fios, limpeza, coleta de lixo, capina e colocação de placa Proibido jogar lixo, na Rua B, Setor I, Caminho 11 – Mussurunga 2.

2.139/10 – Vereadora Leo Kret do Brasil
Solicita mutirão de limpeza com coleta de lixo, entulho, capina e colocação de placa Proibido jogar lixo, na Rua Virgílio Gonçalves/Pero Vaz – Liberdade.

2.140/10 – Vereadora Leo Kret do Brasil
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua B, Setor I, Caminho 11 – Mussurunga 2.

2.141/10 – Vereador Téo Senna
Solicita reposição de lâmpada no poste de iluminação de nº X148306, na IIª Travessa Getúlio Vargas – Pirajá.

2.142/10 – Vereador Téo Senna
Solicita operação tapa buracos na Rua Manoel Faustino – Engenho Velho de Brotas.

2.143/10 – Vereador Téo Senna
Solicita instalação de redutores de velocidade na Rua Carlos Marighella – São Marcos.

2.144/10 – Vereador Téo Senna
Solicita sinalização asfáltica na Rua Carlos Marighella – São Marcos.

2.145/10 – Vereador Téo Senna
Solicita serviços de limpeza e capina dos meios-fios do Conjunto Colinas de Pituaçu, Vias B1, B2 e B3 Verde – São Marcos.

2.146/10 – Vereadora Leo kret do Brasil
Solicita pavimentação asfáltica da Travessa Juscelino Kubitschek – Cajazeira XI.

2.147/10 – Vereador Isnard Araújo
Solicita construção de contenção de encosta nas Ruas Gengibirra de Cima e de Baixo – Liberdade.

2.148/10 – Vereador Isnard Araújo
Solicita construção de uma escadaria e alvenaria nas Ruas das Esmeraldas – Federação.

2.149/10 – Vereador Isnard Araújo
Solicita reposição de paralelepípedos da Rua Visconde de Cabo Frio – Baixa do Bonfim.

2.150/10 – Vereador Isnard Araújo
Solicita serviço de recapeamento asfáltico nas Ruas Jardim Oliveira A e B – Cabula.

2.151/10 – Vereador Heber Santana
Solicita instalação de bebedouro e ar condicionado na sala destinada às atividades de **inclusão digital,** na Escola Oito de Maio – Periperi.

2.152/10 – Vereador Heber Santana
Solicita instalação de um braço com lâmpada no poste de iluminação pública de nº X20425, localizado na Rua do Jenipapeiro – Plataforma.

2.153/10 – Vereador Heber Santana
Solicita serviço de faxinaço em toda a extensão da 1ª Travessa Sérgio Olivais – Fazenda Coutos.

2.154/10 – Vereador Heber Santana
Solicita serviço de infraestrutura na 1ª Travessa Sérgio Olivais – Fazenda Coutos II.

2.155/10 – Vereador Heber Santana
Solicita serviço de infraestrutura na Rua Almeida Júnior, Quadra 75 – Fazenda Coutos III.

2.156/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita pavimentação e urbanização da Rua Juruna – São Tomé de Paripe.

2.157/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita poda de árvores na Avenida D. João VI – Brotas.

2.158/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita pavimentação e urbanização da Rua Engenheiro Durval – São Tomé de Paripe.

2.159/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita pavimentação e urbanização da 2ª e 3ª Travessas do Alto do Tororó – São Tomé de Paripe.

2.160/10 – Vereador Edson da União
Solicita poda de árvores localizadas no Conjunto Recanto das Ilhas – São Rafael.

2.161/10 – Vereador Edson da União
Solicita colocação de contêiner, varrição e limpeza no Conjunto Recanto das Ilhas – São Rafael.

2.162/10 – Vereadora Marta Rodrigues
Solicita operação tapa-buraco na Rua João Rodrigues Mendes – Boa Vista do Lobato.

2.163/10 – Vereadora Marta Rodrigues
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Pacheco de Oliveira/Alto do Peru – Fazenda Grande.

2.164/10 – Vereador Téo Senna
Solicita erradicação de uma árvore na Rua Felícia – Sete de Abril

2.165/10 – Vereador Téo Senna
Solicita operação tapa-buracos na Rua Bahia de Todos os Santos – Cabula.

2.166/10 – Vereador Téo Senna
Solicita construção de uma via de ligação entre os bairros de Saramandaia e Pernambués.

2.167/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita instalação de gambiarra para realização da Festa de São Lázaro, na Rua 19 de Março – São Bartolomeu.

2.168/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita serviços de limpeza e manutenção do Canal do Paraguary, localizado na Avenida Beira Rio – Periperi.

2.169/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita recuperação da ponte de pedestre localizada na Avenida Beira Rio – Periperi.

2.170/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita operação tapa-buracos na Rua Abelardo Barbosa – Sussuarana Velha.

2.171/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita operação tapa-buracos na Rua Antônio de Freitas – Sussuarana Velha.

2.172/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita operação tapa-buracos na Rua Marinalva Gonzalez – Sussuarana Velha.

2.173/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita instalação de abrigo nos pontos de ônibus da Avenida Gal Costa – Sussuarana Velha.

2.174/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita banho de luz na Rua Albino Fernandes – Novo Horizonte.

2.175/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita colocação de placas de logradouros na Rua Eugênia Pereira – Sussuarana Velha.

2.176/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita operação tapa-buracos na Rua Sérgio Cardoso – Sussuarana Velha.

2.177/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita coleta de entulho e colocação de placa com a inscrição Proibido jogar lixo, na Rua São Cristóvão – Sussuarana Velha.

2.178/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita recuperação dos passeios, pavimentação asfáltica e tapa-buracos na Rua Edgar Reis Navarro – Santa Agostinho.

2.179/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita construção de escadarias, rampa de acesso com barras fixas laterais, passeios e manutenção de meios-fios no Setor C/ Fazenda Grande – Cajazeiras.

2.180/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita serviços de capina e limpeza na Quadra B, Caminhos 15,16 e 17/Fazenda Grande III – Cajazeiras.

2.181/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita pavimentação asfáltica, recuperação dos passeios, poda de árvores e colocação de quebra-molas na Rua Edgar Reis Navarro – Santo Agostinho.

2.182/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita serviços de capina e limpeza na Rua Odilon Dórea – Brotas.

2.183/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Professor Euclides Alípio de Oliveira – Jardim Armação.

2.184/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita construção de alambrado no campo de futebol da Quadra C/Fazenda Grande III – Cajazeiras.

2.185/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita poda de árvores, serviços de tapa-buracos, conserto de passeios e reforma e manutenção da praça, na Rua Ariston Bertino de Carvalho – Brotas.

2.186/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita instalação de caixas coletoras de lixo na rótula da feirinha do bairro de Cajazeiras 10.

2.187/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita serviços de manutenção de duas quadras esportivas localizadas no Jaguaripe I/Fazenda Grande II – Cajazeiras.

2.188/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita instalação de um posto de saúde no Jaguaripe I/Fazenda Grande II – Cajazeiras.

2.189/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita recuperação dos passeios e construção de rampa no Setor C/Conjunto Jaguaripe I/Fazenda Grande II – Cajazeiras.

2.190/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita recuperação do campo de futebol localizado na Quadra C/Fazenda Grande I – Cajazeiras.

2.191/10 – Vereador Alberto Braga
Solicita recuperação do campo de futebol localizado no Conjunto Jaguaripe I, Setor C/Fazenda Grande I – Cajazeiras.

2.192/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Felipe Neto – Estrada das Barreiras.

2.193/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Leão Diniz – Estrada das Barreiras.

2.194/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Jenário Vidal – Estrada das Barreiras.

2.195/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua San Diego – Estrada das Barreiras.

2.196/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua São Jorge – Estrada das Barreiras.

2.197/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Salomão de Barros – Estrada das Barreiras.

2.198/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Travessa Florestal – Estrada das Barreiras.

2.199/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Travessa Santa Luzia – Estrada das Barreiras.

2.200/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Padre Anchieta – Estrada das Barreiras.

2.201/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua São Paulo – Nova Brasília/Estrada Velha do Aeroporto.

2.202/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Nelson Lacerda – Nova Brasília/Estrada Velha do Aeroporto.

2.203/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Santa Efigênia – Nova Brasília/Estrada Velha do Aeroporto.

2.204/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Ruy Barbosa – Nova Brasília/Estrada Velha do Aeroporto.

2.205/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Dulce – Engenho Velho da Federação.

2.206/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Samuel – Sussuarana Velha.

2.207/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Albino Fernandes/3ª Travessa Maria Luzinete – Novo Horizonte.

2.208/10 – Vereadora Leo Kret do Brasil
Solicita serviços de recapeamento asfáltico e recuperação de meios-fios na Rua Pacoti/Conjunto Habitacional Santa Bárbara – Brotas.

2.209/10 – Vereadora Leo Kret do Brasil
Solicita serviços de recuperação de meios-fios da Rua Profª Alda Leal/Conjnto Habitacional Santa Bárbara – Brotas.

2.210/10 – Vereadora Leo Kret do Brasil
Solicita serviços de recuperação de meios-fios da Rua Jardim Santo Antônio/Conjnto Habitacional Santa Bárbara – Brotas.

2.211/10 – Vereador Antônio Alemão
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Agenor Gomes – Brotas.

2.212/10 – Vereador Palhinha
Solicita reposição de lâmpadas nos postes de iluminação pública de nºs X087350 e X086304, localizados na Rua da Vitória – Rio Sena.

2.213/10 – Vereador Palhinha
Solicita serviços de pavimentação e urbanização das Ruas Cacaueiro, Mangueiras, Jambo, Cajueiro, Deraldo Gentil, Lupicínio Rodrigues, Adelino Moreira, Noel Rosa e Pitangueiras, todas localizadas no Condomínio das Mangueiras/ Estrada da Base Naval – São Tomé de Paripe.

2.214/10 – Vereador Palhinha
Solicita serviços de limpeza e capina na Ladeira da Avenida Rio Branco e na Rua Daniel Lisboa – Brotas.

2.215/10 – Vereador Téo Senna
Solicita desobstrução de rede de esgoto na Rua Maria Isabel - Lobato.

2.216/10 – Vereador Téo Senna
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Voluntários da Pátria – Lobato.

2.217/10 – Vereador Luizinho Pimentel
Solicita construção de uma escadaria na 1ª Travessa Santa Veruza – Pernambués.

2.218/10 – Vereador Heber Santana
Solicita instalação de iluminação pública no Loteamento Morada do Mirante/Estrada do Derba/Pata-Pata. –

2.219/10 – Vereador Heber Santana
Solicita pavimentação asfáltica no Loteamento Morada do Mirante/Estrada do Derba /Pata-Pata. –

2.220/10 – Vereador Heber Santana
Solicita construção de rede de esgoto no Loteamento Morada do Mirante/Estrada do Derba/Pata-Pata. –

2.221/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita banho de luz no Conjunto Jaguaripe II/Estrada Velha do Aeroporto – Nova Brasília.

2.222/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita aumento da potência das lâmpadas da Rua Nelson Lacerda/Estrada Velha do Aeroporto – Nova Brasília.

2.223/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita aumento da potência das lâmpadas da Rua Santa Efigênia/Estrada Velha do Aeroporto – Nova Brasília.

2.224/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita aumento da potência das lâmpadas da Rua Ruy Barbosa/Estrada Velha do Aeroporto – Nova Brasília.

2.225/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita instalação de lâmpadas nos postes de nºs X129187, X129188, X129189 e X 129101, todos localizados na Rua Águas de Cheiro – Santo Inácio.

2.226/10 – Vereador Carlos Muniz
Solicita aumento da potência das lâmpadas da Rua São Paulo/Estrada Velha do Aeroporto – Nova Brasília.

2.227/10 – Vereador Moisés Rocha
Solicita desobstrução da caixa de esgoto localizada no final de linha do bairro da Fazenda Grande do Retiro.

2.228/10 – Vereador Moisés Rocha
Solicita serviços de limpeza e capina no final de linha do bairro da Fazenda Grande do Retiro.

2.229/10 – Vereador Moisés Rocha
Solicita serviço de reposição de uma lâmpada no poste de iluminação pública de nº X122923, localizado na Rua do Progresso/Curuzu – Liberdade.

2.230/10 – Vereador Moisés Rocha
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Eraldo Tinoco/Loteamento Santo Antônio – Cajazeiras 11.

2.231/10 – Vereador Moisés Rocha
Solicita serviços de manutenção, reparo das escadarias e colocação de corrimão na Rua Bráulio Pereira/Curuzu – Liberdade.

2.232/10 – Vereador Moisés Rocha
Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Direta do Curuzu – Liberdade.

2.233/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita vistoria técnica na Rua Andresa Néri – Periperi.

2.234/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita serviço de limpeza diária em todo o bairro da Palestina.

2.235/10 – Vereador Dr. Giovanni
Solicita banho de luz em todo o bairro da Palestina.

2.236/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita serviços de terra planajem na Rua Cajueiro – São Tomé de Paripe.

2.237/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita pavimentação asfáltica na Rua Lupicínio Rodrigues – São Tomé de Paripe.

2.238/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita pavimentação asfáltica na Rua do Genipapeiro – São Tomé de Paripe.

2.239/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita pavimentação asfáltica na Rua do Cajueiro – São Tomé de Paripe.

2.240/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita pavimentação asfáltica na Rua Ailton Melo – São Tomé de Paripe.

2.241/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita serviços de revitalização e reposição de 03 (têS) lâmpadas da Praça Embasai, localizada na Rua Auto Esperança – Barbalho.

2.242/10 – Vereador Alcindo da Anunciação
Solicita serviço de capina na Rua Luís Hage – São Tomé de Paripe.

2.243/10 – Vereadora Eron Vasconcelos
Solicita serviço de recapeamento asfáltico no Condomínio Vale dos Lagos, localizado na Rua G – São Marcos.

2.244/10 – Vereadora Eron Vasconcelos
Solicita instalação de refletores no campo de futebol, situado na Rua Bela Vista – Alto da Terezinha.

2.245/10 – Vereadora Eron Vasconcelos
Solicita criação de uma linha de ônibus Fazenda Grande do Retiro X Estação Mussurunga.

2.246/10 – Vereadora Eron Vasconcelos
Solicita colocação de um poste de iluminação pública no campo de futebol, situado na Rua Bela Vista – Alto da Terezinha.

2.247/10 – Vereadora Eron Vasconcelos
Solicita criação de uma linha de ônibus Fazenda Grande do Retiro X Estação Pirajá.

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº: 53 /2010
PROCESSO CMS: 1645/2010
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA: SIGMA SOLUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de etiquetas
VALOR TOTAL: R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais)
BASE LEGAL: Art. 24, II da Lei Federal 8.666/93
DOT. ORÇAMENTÁRIA: 01.031.038.2001 – 3.3.90.30
HOMOLOGAÇÃO: 26/08/2010.

PARECER

HOMOLOGO O PRESENTE PARECER.
EM 26/08/2010

ALAN SANCHES
PRESIDENTE DA CMS

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

PARECER: Nº 24/2010
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 017/2010
OBJETO: Fornecimento de equipamentos de informática (conversores e chassis), incluída a assistência técnica durante o período de garantia.
ABERTURA: 14/07/2010 às 14h30min
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço
PROCESSO DE ORIGEM: CMS nº 0949/2010
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO: Designada pela Portaria nº 012/2009

EMPRESAS QUE RETIRARAM O EDITAL: 12 (doze) conforme registro em ata.

EMPRESAS QUE COMPARECERAM: COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PERIFÉRICOS LTDA/ACRTRADE COMÉRCIO SERVIÇOS E TECNOLOGIA LTDA.

Procedida à análise das propostas de preços apresentadas, o pregoeiro resolveu **CLASSIFICAR** as licitantes, conforme registro em ata. Dando continuidade ao certame, as licitantes **CLASSIFICADAS** não apresentaram lances. O pregoeiro solicitou um desconto para a empresa que apresentou a proposta de menor preço, o que não foi concedido. Foi procedida à abertura do envelope de habilitação. Analisada a documentação apresentada pela licitante, o pregoeiro considerou a mesma **HABILITADA**, por atender as exigências editalícias. O pregoeiro adjudicou o objeto desta licitação à empresa abaixo relacionada, tendo em vista que os preços ofertados encontram-se compatíveis com os praticados no mercado.

COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PERIFÉRICOS LTDA
END: Rua Fonte do Boi, 5-A, Rio Vermelho - Salvador/BA.
CNPJ: 40.621.179/0001-19 **IE:** 31.035.026
TELEFAX: (71) 3335-2777

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	CONVERSOR DE MÍDIA SM SC GIGA. MARCA: PLANET. MODELO: GT-702S	14 un	700,00	9.800,00
02	CONVERSOR DE MÍDIA SM SC GIGA. MARCA: PLANET. MODELO: GT-702	04 un	800,00	3.200,00
03	CHASSIS PARA CONVERSORES. MARCA: PLANET. MODELO: MC-1500R	01 un	1.800,00	1.800,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.
PRAZO DE PAGAMENTO: Até 08 (oito) dias úteis, mediante a apresentação da nota fiscal.

VALOR TOTAL DESTA LICITAÇÃO: R$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais)

É o Parecer. S.M.J.
Em 26 de agosto de 2010

ANTÔNIO FERNANDO SALDANHA BARROS
PREGOEIRO



Vereadora Olívia Santana quer política cultural para idosos

Fotos: Arnaldo A. de Jesus

População de idosos cresce no Brasil

Dados do IBGE foram apresentados durante sessão especial na Câmara

O envelhecimento da população brasileira é uma realidade. Em 2050, segundo projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a tendência é que 29% da população seja de idoso. Hoje o percentual é de 11%. Os números foram apresentados na sessão especial em homenagem aos dirigentes de grupos da Melhor Idade e afirmação dos direitos dos idosos à cultura.

A atividade legislativa requerida e dirigida pela vereadora Olívia Santana (PC do B), na manhã desta terça-feira (31), no Plenário da Câmara de Salvador, alertou para o amadurecimento da população brasileira e a consequente redução da fertilidade feminina na faixa entre 15 e 49 anos. Também fortaleceu as ações dos grupos da Melhor Idade e a aplicação do Estatuto do Idoso.

"Esta constatação relacionada à população idosa exige dos atores do Poder Público uma urgência no tratamento de questões voltadas para a saúde, para a promoção da autonomia e para o acesso à cultura", destacou a vereadora Olívia Santana, presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Câmara.

Menos nascimento

Um panorama geral sobre o envelhecimento no Brasil, com ênfase aos avanços e desafios dos direitos humanos das pessoas idosas, foi apresentado por Joilson Rodrigues de Souza, coordenador de disseminação de informação do IBGE/BA. Ele falou da relação entre o número de nascimento e o envelhecimento da população brasileira e defendeu a construção de uma política cultural voltada para o idoso.

"Sinto que as coisas estão mudando com relação ao respeito ao idoso e o Estatuto do Idoso já é uma realidade", destacou Gilson Costa, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Estado da Bahia.

A atuação do Grupo da Melhor Idade Alegria de Viver, que promove atividade no Centro Social Urbano de Castelo Branco, foi ressaltada pela coordenadora Maria de Fátima Santana. "É preciso agrupar idosos, com mais casas de convivências", defendeu, arrematando em seguida: "Não queremos mais asilos".

O deputado federal Daniel Almeida (PC do B) destacou a iniciativa da vereadora Olívia Santana em trazer para a Câmara de Salvador o debate e observou que "os dados apresentados por Joilson merecem mais compreensão no Brasil". Já Helena Fatáro, integrante do Conselho Estadual do Idoso, frisou que "a sociedade deve cobrar para si um novo olhar para o idoso".

Também participaram da sessão especial, compondo a mesa de trabalho, o ator André Bagegeryer e o presidente do Gruparkinson Bahia, Genário Lemos Couto.

A atividade contou com a apresentação do Coral Alegria de Viver, sob regência do mestre Timbó. Ao final do evento, numa homenagem da Comissão de Cultura da Câmara àqueles que têm reconhecidos serviços prestados aos idosos, foram entregues flores e certificado a Silvia Rita, Joaquim Assis, Maria de Fátima, André Bagegeryer e Genaldo Lemos do Couto.



